

O REGIONALISMO E O PENSAMENTO LATINO-AMERICANO DA UNIÃO PARA A AUTONOMIA POLÍTICA

Armstrong Pereira da Silva¹

Resumo: Este ensaio buscou mapear o pensamento latino-americano da união para a autonomia política no recorte do século XIX a princípios do XX. Metodologicamente a partir de uma revisão bibliográfica das obras de Briceño-Ruiz, concluímos que, dentro do marco analisado, houve dois grupos históricos: o unionismo hispanoamericano e o unionismo latinoamericano. Quanto ao primeiro, destacamos especialmente o pensamento de San Martín e Simón Bolívar. No segundo grupo ressaltamos as perspectivas: da Filosofia do Pessimismo, da Geração de 900 e do Nacional-populismo. Apesar das diferenças histórica-conjunturais, percebeu-se que todas as vezes em que autodeterminação era ameaçada o unionismo se fortalecia enquanto estratégia regionalista da América Latina. A união para a autonomia é, portanto, um acumulado histórico do regionalismo latino-americano imprescindível de ser estudado.

Palavras-chave: União para a autonomia política; Regionalismo; Unionismo hispanoamericano; Unionismo latinoamericano.

EL REGIONALISMO Y EL PENSAMIENTO LATINOAMERICANO DE LA UNIÓN PARA LA AUTONOMÍA POLÍTICA

Resumen: Este estudio buscó mapear el pensamiento latinoamericano de la unión para la autonomía política en el recorte del siglo XIX hasta principios del XX. Metodológicamente por medio de una revisión bibliográfica de las obras de Briceño-Ruiz, concluimos que dentro del marco analizado hubo dos grupos históricos: el unionismo hispanoamericano y el unionismo latinoamericano. En cuanto al primero, destacamos especialmente el pensamiento de San Martín y Simón Bolívar. En el segundo grupo resaltamos las perspectivas de: la Filosofía del Pesimismo, la Generación de 900 y del Nacional-populismo. A pesar de las diferencias histórica-coyunturales, se percibió que todas las veces que la autodeterminación era amenazada el unionismo se fortalecía como una estrategia regionalista de América Latina. La unión para la autonomía es, por tanto, un acumulado histórico del regionalismo latinoamericano imprescindible de ser estudiado.

Palabras-clave: Unión para la autonomía política; Regionalismo; Unionismo hispanoamericano; Unionismo latinoamericano.

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL). Membro do Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul) e do Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI). Contato: armstron3@hotmail.com. Foz do Iguaçu.

Introdução

Na América Latina, a ideia de união via regionalismo é um fenômeno resiliente (Puntigliano; Briceño-Ruiz, 2013). Houve iniciativas assim como registros de ideias comuns, objetivos e métodos para a coesão da região – seja em termos políticos, econômicos, culturais ou sociais – desde o século retrasado (Briceño-Ruiz, 2012).

No centenário XIX, já pairava-se um **pensamento latino-americano**, isto é, um conjunto de ferramentas endógenas teórico-conceituais – surgidas desde os movimentos emancipatórios – com o objetivo de compreender e propagar a ideia de unidade (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016).

Nesse aspecto, em nenhuma outra parte do globo esse ideário tem tido tal desenvolvimento e persistência. A união – entendida ora como mecanismo fundamental para superar os dilemas internos, ora para defender-se dos estrangulamentos externos – reiteradamente aparece nos projetos que se propõem pensar a América Latina enquanto região coesa (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016).

Ainda que a literatura ocidental traga o caso europeu como sendo o pioneiro e exemplar, a busca pela unidade continental antecedeu inclusive o projeto da Comunidade Europeia (o qual brotou, na década de 1940, dos horrores da guerra e das rivalidades entre Alemanha e a França) (Lessa, 2003; Menezes e Penna Filho, 2006).

Todavia, apesar do unionismo acompanhar a América Latina desde a sua independência, os projetos e estratégias de regionalismo aqui implantados variaram quanto ao seu caráter e finalidade – passando a assumir diversas formas e vários significados no decorrer da história.

Buscando encontrar o “mínimo denominador comum” diante desta diversidade, Briceño-Ruiz (2012) definiu o **Regionalismo Latino-Americano (RLA)** como sendo um conjunto de iniciativas de integração assim como de cooperação, historicamente fundamentadas em torno de duas ideias centrais: a União para a Autonomia Política (**UAP**) e a União para o Desenvolvimento Econômico (**UDE**).

A UAP em associação com a UDE constituíram, portanto, um “acumulado histórico” do pensamento regionalista latino-americano, resiliente nas propostas de integração bem como cooperação econômicas e política do século XIX ao XXI (Briceño-Ruiz, 2012).

Contudo, apesar do binômio UAP e UDE ser complementar, se assumimos uma perspectiva de larga duração, houve períodos em que – por conta de uma série de condicionantes estruturais internos, internacionais e regionais – uma constante histórica tornou-se mais hegemônica do que a outra (Briceño-Ruiz, 2012).

De 1810 (no marco dos processos de luta pela independência política) até meados do século XX, a UAP tornou-se a constante histórica preponderante. Até a primeira metade do século XIX, o receio quanto a recolonização espanhola e o rearranjo de forças da Santa Aliança fizeram com que os libertadores hispano-americanos enxergassem na autonomia política uma estratégia para assegurar “uma maior liberdade frente às potências extra-regionais” (Briceño-Ruiz, 2012, p. 27, tradução nossa).

De meados do século XIX a início do XX, contudo, a apreensão quanto ao imperialismo norte-americano contribuiu para a ascensão de novas iniciativas unionistas – a quais também vislumbravam a unidade latino-americana como elo primordial para a autodeterminação dos povos.

Entretanto, aproximando-se de meados do século XX no contexto da Ordem Internacional após-1945, a UDE ascendeu enquanto práxis tornando-se hegemônica nas duas estratégias do RLA inauguradas ao longo do século XX – isto é: no regionalismo autonômico (da década de 1950 a 1980) e no regionalismo aberto (a partir do decênio de 1990);

O Regionalismo Autonômico (R.AUTO.) representou um marco para o RLA na medida em que pela primeira vez ficou clarividente e balanceada a simbiose entre os acumulados históricos da busca pela autonomia política e pelo desenvolvimento econômico (Briceño-Ruiz, 2007).

A UAP passou a ser associada ao pleno controle dos “centros de decisões” (seja: econômica, política, social, cultural, energética e ambiental). Enquanto que a UDE foi assimilada como sendo a diversificação da estrutura produtiva regional a partir de um processo endógeno (*hacia adentro*), orquestrado pelo Estado via a política racional de

Industrialização por Substituição de Importações (ISI) (Briceño-Ruiz, 2007).

Em contrapartida, na década de 1990, o Regionalismo Aberto (RA) manifestou o abandono do R.AUTO (sobretudo da construção da UAP resiliente do século XIX até meados do XX). Não obstante, a UDE passou a ser associada como um projeto funcional ao neoliberalismo - via o fomento do crescimento exógeno (*hacia afuera*) conduzido pelas leis de mercado em detrimento da diminuição da intervenção econômica do Estado.

Junto com o estabelecimento do RA, inaugurou-se a tendência dentro das teorias do RLA de contraposição do R.AUTO e com o RA[1]². Tal fenômeno pode ser visto, inclusive, nas adjetivações dadas para caracterizar esses processos. O que foi conceituado por Briceño-Ruiz (em 2012) como autonômico, na década de 1990 era adjetivado como “velho” ou “fechado” para contrapor-se ao “novo regionalismo” ou ao “regionalismo aberto” que emergia no final do século XX e início do XXI.

Assim, o adjetivo “fechado” passou-se a referir à natureza do fenômeno caracterizado por um tipo de integração que buscou “privilegiar o comércio entre os membros do processo em detrimento do resto do mundo” (Gudynas; Buonomo, 2007, p.192, tradução nossa). Em contrapartida, o “aberto” remeteu-se a “integração como um processo essencialmente comercial, especificamente baseado na diminuição das barreiras alfandegárias e na abertura dos mercados nacionais ao exterior” onde “a liberalização não só era dentro da região mais sim com o mundo” (Gudynas; Buonomo, 2007, p.160, tradução nossa).

Ainda que os adjetivos “fechado” e “aberto” reduzissem as ondas de integração às variáveis econômicas e geográficas – qualificando o regionalismo como sendo protecionista ou liberal, entre regiões fronteiriças ou não (em uma lógica antagonista e binária), essas categorias neoliberais continuam hegemônicas no século XX sendo inclusive utilizadas no

2 Seus fundamentos teóricos pela Cepal. Por RA, denominou-se: O processo que de surgiu [...] da interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial, basicamente impulsionada por sinais de mercado resultantes da liberalização comercial em geral [... no qual pretende-se] que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a elas. O que diferencia o regionalismo aberto da abertura e da promoção indiscriminada das exportações é que ele inclui um ingrediente preferencial, refletido nos acordos de integração e reforçado pela proximidade geográfica e pela afinidade cultural dos países da região. (CEPAL, 2000, p. 945). Durante essa década, esse conceito - bem como as prescrições advindas dele - foi constantemente reiterado, aparecendo nos documentos da Comissão de 1990 (*Transformación Productiva con Equidad*), de 1991 (*El desarrollo sustentable: transformación productiva, equidad y medio ambiente*) e de 1994 (*El regionalismo abierto en América latina y el Caribe*) (PERROTTA, 2013).

século XXI.

Nesse sentido, o plano de fundo deste ensaio busca demonstrar que o principal equívoco desse tipo de conceituação consistiu em excluir a dimensão política da integração regional e, conseqüentemente, levar ao limbo as perspectivas que liam o RLA como sendo, sobretudo, um fenômeno político de larga duração e tradição.

O RLA não começou no século XX, bem como não se reduz a “fechado” *versus* “aberto”; “velho” ou “novo”. Diante dessa crítica, o nosso objetivo consiste em resgatar o pensamento regionalista latino-americano. Partindo do pressuposto de Briceño Ruiz – de que o RLA tradicionalmente girou em torno do binômio da UAP e da UDE, ressaltaremos os principais grupos do pensamento unionista para a autonomia política do século XIX a princípios do XX (antes do estabelecimento do R.AUTO).

Como o recorte temporal é amplo, escolhemos evidenciar somente um autor por cada grupo ou subgrupo. Assim, no tópico I analisamos o **Unionismo hispano-americano** ponderando, sobretudo, a *praxis* de Simón Bolívar. Por sua vez, no tópico II, buscamos ressaltar o **unionismo latino-americano** destacando os seus três subgrupos históricos: a Filosofia do Pessimismo (a partir de Bunge); a Geração de 900 (embandeirada por Ugarte) e o nacional-populismo (destacando a Aliança Popular Revolucionária Americana).

Assim, por meio dessa divisão histórico-metodológica, o presente trabalho refletirá sobre o pensamento latino-americano em matéria de regionalismo por meio da análise dos principais movimentos de intelectuais e políticos dedicados à construir a América Latina enquanto uma região coesa.

Não pretendemos realizar aqui um estudo exaustivo e esgotado, falar sobre o R.AUTO., tampouco, sobre o RA. Mas objetiva-se contribuir para a agenda de pesquisa regional do *Programa de Investigación en Pensamiento Latino-americano* encabeçado por destacados pensadores da região, por Universidades (como a Universidade Federal de Integração Latino-americana), por Pós-Graduações (como o Programa de Integração Contemporânea da América Latina) e por grupos de pesquisas (como o Centro de Estudos

Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul).

Parte-se do mesmo pressuposto apresentado por Perrotta e Porcelli (2016) ao entender que os projetos políticos de integração regional aqui implantados são uma construção histórica em permanente negociação e contestação que não morreram e não fracassaram. Eles: “Se configuram e reconfiguram, com o passar do tempo, dando conta da sua resiliência ou capacidade de adaptação frente à situações que se apresentam como críticas ou problemáticas” (Perrotta e Porcelli, 2016:54, tradução nossa).

Diante deles, portanto, “se observam ruptura e continuidades entres os projetos (políticos) de integração regional que se dão entre um e outro momento: ideias, normas e valores e interesses “velhos” convivem – com maior ou menor intensidade – com ideias, normas, valores e interesses “novos” (Perrotta e Porcelli, 2016:54, tradução nossa). Essa ideias, normas e valores são, pois, contingentes e apreender essa contingência tem levado estudiosos a entender o RLA desde o início desse campo de estudo (já para se evitar recorrer aos modelos prescritivos, em sua maioria, europeus, da integração regional) (Perrotta e Porcelli, 2016).

Aqui existe um acervo próprio – em termos teóricos e práticos – que merece ser estudado a fundo a fim de alcançar-se uma maior compreensão verdadeiramente endógena do fenômeno regionalista na América Latina. É imperativo, assim, destacar essa valiosa visão histórica da integração latino-americana para compreender as complexidades desse processo, a inserção dos nossos países na ordem mundial e construir uma visão arraigada sobre os desafios da nossa autonomia, desenvolvimento e integração (Ruiz, 2012).

Entende-se que, apesar dos temas relacionados ao regionalismo e integração regional terem ganhado um grande destaque dentro política externa brasileira³ (em particular) e na agenda dos estados nações latino-americanos (de forma geral), ainda é necessário uma

3 Conforme afirmou Ricupero (2013), nas relações internacionais do Brasil, é a integração regional e global o que, de fato, chama a atenção do público e desperta o interesse da imprensa, dos partidos, dos órgãos decisórios brasileiros, como tema de utilidade imediata, evidente e concreta. De acordo com Cervo (2008), a busca pelo desenvolvimento constitui um acumulado histórico da diplomacia brasileira. E, a partir dos anos dos anos 2000, essa tradição é adensada transbordando-se da busca pelo desenvolvimento no contexto nacional para o contexto regional via integração (COUTO, 2013).

compreensão profunda da tradição do RLA, principalmente, no âmbito da autonomia.

1. O unionismo hispano-americano

Cronologicamente, o unionismo hispano-americano emergiu no contexto da luta pela independência política da América Latina no século XIX. Ele foi caracterizado por uma crescente busca pela autonomia política, a qual traduziu-se em resilientes manifestações de regionalismo a partir de projetos bem como de tentativas de união confederal (Briceño-Ruiz; Puntigliano; Gragea, 2012).

Dentre as iniciativas do unionismo hispano-americano no século XIX, Briceño-Ruiz (2012) destacou: (1) A proposta de criação de uma Confederação da América-hispânica, feita por Juan Edgaña, em 1811, no Chile; (2) O *Proyecto de Declaración de los Derechos del Pueblo de Chile* criado por Edgaña conjuntamente com Martínez Rozas, em 1813; (3) A declaração de solidariedade contra às interferências externas feita, em 1818, por Bernardo O'Higgins à Simón Bolívar; (4) e o projeto de “*Confederación general de los nuevos Estados Americanos*” proposto por Cecilio del Valle em 1822.

Contudo, conforme destacou Bairros (2012) bem como o próprio Briceño Ruiz (2012), apesar do unionismo hispano-americano possuir essa série de antecedentes, o principal marco desse grupo histórico da união para a autonomia política, isto é, a “origem mais remota da primeira autoconsciência unionista”, remete-se aos libertadores: San Martín e Simón Bolívar.

Ainda que San Martín não tenha realizado uma reflexão extensiva sobre a unidade hispano-americana, podemos assinalar o seu posicionamento na carta escrita em 1818 ao deputado de Mendoza (Tomás Godoy Cruz) bem como na proclamação feita neste mesmo ano aos habitantes do Peru. Nessas ocasiões, ele reiterou e defendeu a união do Rio de La Plata, do Chile e do Peru como forma de fazer frente aos interesses remanescentes do império espanhol⁴.

4 De igual modo, o peruano Bernardo Monteagudo em 1825 – sete anos depois desse discurso de Martín no Peru – também defendeu o unionismo nas recém repúblicas do continente americano. Todavia, a partir de uma assembleia de Plenipotenciários os quais, na sua convicção, seriam importantes nos dez primeiros anos posteriores à independência para direcionar a política externa e interna das recém repúblicas (Briceño-Ruiz, 2012).

Em um esforço de revisão histórica, Briceño-Ruiz (2012, p.30, tradução nossa) resgatou palavras de San Martín:

A união dos três estados independentes acabou por incitar na Espanha o sentimento de sua impotência e, aos demais poderes, o da estimação e o do respeito. Afincado os primeiros passos de vossa existência política, um congresso central composto pelos representantes dos três Estados dará a sua respectiva organização uma nova estabilidade; e a constituição de cada um assim como sua aliança e federação perpétua se estabelecerão em meio das luzes, da concórdia e da esperança universal.

Em sintonia com San Martín, todavia construindo uma estratégia política mais acabada⁵, Simón Bolívar formulou a sua concepção de união hispano-americana durante o seu exílio em 1815. Na *Carta de Jamaica* – principal registro histórico do seu pensamento – o libertador advogou que as repúblicas recém independentes ainda estavam ameaçadas pelas pretensões da Espanha e da Santa Aliança em restaurar a ordem colonial. Diante disso, ele traçou (enquanto estratégia para fazer frente aos perigos extrarregionais) a união através de uma aliança confederal (Briceño-Ruiz, 2012).

Reiterando o seu pensamento unionista, porém apresentando um projeto político mais acabado pós-exílio, Simon Bolívar - em 1826 - conduziu o primeiro *Congreso Anfictiónico entre las nacientes repúblicas americanas* ou, conforme ficou conhecido, o Congresso do Panamá. Apesar de só a Colômbia tê-lo ratificado, produziu-se um projeto completo de integração – o *Tratado de Unión, Liga y Confederación, Perpetua* – considerado por Briceño Ruiz (2012, p.31) como sendo o primeiro marco prático do pensamento integracionista para a autonomia regional⁶.

5 Por conta do sua *práxis* e da sua formulação teórica, Simón Bolívar foi considerado por Briceño Ruiz (2012, p.30, tradução nossa) como sendo “o maior propulsor da unidade hispano-americana” e, por Barrios (2012, p.64, tradução nossa), como “o primeiro pensador da integração regional”.

6 Apesar do fracasso parcial do Congresso do Panamá, essa ideia proposta por Bolívar – gestada teoricamente por Monteagudo – continuou presente no imaginário dos estadistas latino-americanos. Ainda no *Congreso Anfictiónico entre las nacientes repúblicas americanas* acordou-se que o próximo congresso deveria ocorrer em Tucubaya, no México. Todavia por conta das variantes contextuais ele nem chegou a ocorrer. De acordo com Briceño Ruiz (2012), o crescente expansionismo norte-americano somado à recente tentativa do general equatoriano José Flores de invadir o Peru com o apoio da Espanha, levantou novamente a ideia de união na região levando à convocação do Congresso de Lima no final da década de 1840. Nele discutiu-se um novo *Tratado de Confederación* retomando a ideia bolivariana de coordenar as forças defensivas hispano-americanas. Tal como a proposta de Bolívar, o tratado não foi ratificado pelos países signatários. Posteriormente, em 1856, o Chileno Benjamín Vicuña Mackenna tentou ressuscitar novamente essa ideia para combater as excursões do enviado norte-americano, Walker, na América Central e se opor ao crescente imperialismo estadunidense. Nesse mesmo ano, o colombiano Justo Arosema lançou, em sintonia com Mackenna, a proposta de criar uma confederação hispanoamericana chamada de *La Gran Confederación Colombiana*. Três anos depois, em 1859,

Em suma, a ideia desse tratado foi defendida – no âmbito teórico – por Bernardo de Monteagudo em: *Ensayo sobre la necesidad de una Federación General de los Estados Hispanoamericanos*. de 1825. Nele, este autor apresentou os eixos sobre os quais deveriam constituir a identidade hispano-americana: (1) a paz entre as nações irmãs; (2) a autodeterminação frente ao imperialismo; (3) e a reciprocidade no comércio regional como forma de garantir o desenvolvimento mútuo (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016).

Nesse aspecto, para Bairros (2012), foi a tentativa de sedimentação dessa identidade hispano-americana (tendo a sua manifestação máxima nas figuras dos libertadores Simón Bolívar e San Martín) que permitiu que não dividíssemos o que já esteve integrado por 300 anos. “Simón Bolívar e San Martín foram gestores de uma independência na unidade”, em corolário, é “inseparável o pensamento e ação de Bolívar do pensamento e da ação do Libertador do Sul: José de San Martín” (Barrios, 2012, p.66, tradução nossa).

Levando em conta a *práxis* desses dois libertadores latino-americanos na construção do pensamento político unionista hispano-americano, Bairros (2012, p. 63-64, tradução nossa) sintetizou:

Se decompormos esse pensamento político em quatro variáveis (a) a dimensão histórica, (b) o paradigma, (c) a imagem do adversário e a (d) metodologia ou regime político, podemos afirmar que o unionismo hispano-americano é um pensamento dinamizador do povo em que se identifica: (a) a dimensão histórica: a unidade cultural de 300 anos do Reino das Índias, (b) os paradigmas: solidariedade e fraternidade dos povos hispano-americanos, (c) imagem do adversário: absolutismo bourbônico e (d) a metodologia ou regime político: um governo centralista, seja ele de forma monárquica como buscaram San Martín e Belgrano, ou por meio de uma presidência vitalícia como buscou Bolívar.

José María Samper teorizou sobre essa *Gran Confederacion* sugerindo a todos os países americanos que, diante do contexto de crescente imperialismo, aderissem a essa ideia. O confederalismo e o alerta de perigo quanto a autonomia política voltou a aparecer na obra *América em Peligro* de Francisco Bilbao em 1862. Escrito como resposta ao contexto de intervenção no México e ao plano de se estabelecer uma monarquia, essa obra propôs um movimento geral de defesa da independência mexicana mediante uma associação confederal na região. No plano dos projetos, entre 1856 e 1867, realizou-se o Congresso de Santiago – com o propósito de criar a união das repúblicas hispano-americanas por meio do Tratado de Confederação Continental e da Assembleia Permanente de la Liga de los Estados Latinoamericanos. Todavia, além desse congresso ter tido um quórum muito baixo (estando presentes apenas Chile, Peru e Equador), o tratado produzido por ele, tal como todas as tentativas anteriores, não foi ratificado por nenhum país (Briceño-Ruiz, 2012). Devido ao interesse da Espanha em reconquistar a ilha de Santo Domingo (1861-1865) e por conta da declaração de guerra espanhola contra o Peru e Chile, o congresso de Lima foi novamente convocado – agora contando com a presença de: Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Peru e Venezuela; e durando de 1864 a 1865. Assim como o outro, a proposta desse segundo congresso foi estabelecer uma confederação por meio de um Tratado de Unión y de Alianza Defensiva. Todavia, novamente não obteve sucesso (Briceño-Ruiz, 2012).

O elo da similitude cultural herdado da colonização associado à solidariedade dos seus libertadores frente ao risco de recolonização, uniu a América espanhola. Contudo, conforme apontou Briceño-Ruiz (2012), a América Lusitana foi excluída. Além de diferir linguístico-culturalmente, o Brasil era a única monarquia (em uma região de repúblicas) bem como tinha sérios conflitos de liderança com os seus vizinhos do Cone Sul (acentuado na Guerra do Prata).

Portanto, poderíamos afirmar que os fatores os quais contribuíram para o estabelecimento de um unionismo hispano-americano - antes mesmo de latino-americano (tendo que vista a marginalização do Brasil) - foram:

Em primeiro lugar, **os séculos de domínio colonial espanhol criaram elementos de unidade**. Espanha manejava seus territórios ultramar com fios que alcançavam a cada uma das colônias. A independência rompeu com esses laços e gerou um vazio político que tentou ser cheio mediante pactos confederais entre as províncias espanholas. Em segundo lugar, **os líderes dos novos Estados desejavam que a América Hispânica desempenhasse um papel importante no concerto mundial**; isto só se poderia alcançar promovendo-se a mútua cooperação e evitando uma balcanização do continente em pequenas e débeis unidades nacionais. Finalmente, apesar do otimismo reinante frente às vitórias militares contra Espanha e sua definitiva consolidação como unidades políticas autônomas, **os novos países temiam ainda por sua segurança enquanto nações**. A partir de então, a cooperação e a integração converteram-se em alternativas para assegurar sua existência. A defesa frente a um inimigo comum, representado em primeiro lugar pela Espanha e depois pela Santa Aliança, foi a ideia-força das iniciativas de integração. Mais tarde, o elemento promotor dos esforços de integração tornou-se o receio frente ao crescente poderio e expansionismo dos Estados Unidos [fundando, conforme será visto no tópico subsequente, o unionismo latino-americano inclusive com o Brasil] (Briceño R., 2012, p. 29, tradução nossa, grifos nosso).

Levando em consideração esses fatores, Puntigliano (2012, p.81) interpretou esse pensamento político como sendo a primeira exaltação do nacionalismo regionalista; “o hispano-americanismo passou a ser a expressão da ‘união continental’ americana, princípio invocado pelas nascentes juntas governamentais, as quais chamaremos de **‘o primeiro impulso nacionalista’**” (Puntigliano, 2012, grifo nosso, tradução nossa).

Todavia, conforme Puntigliano (2012), o fracasso dessa tentativa de união hispano-americana – proposto no Congresso Panamá (1826) – somado a morte do pensador do RLA Simón Bolívar (em 1830) levou ao fim desse primeiro impulso, fragmentando a “nacionalidade continental”.

Dentre os fatores históricos os quais influenciaram tal insucesso, Brinceño Ruiz (2012, p.33) destacou o desaparecimento do perigo de uma ação militar da Santa Aliança e a consolidação da independência em diversos Estados latino-americanos.

Apesar disso, esse precedente unionista prevaleceu no imaginário coletivo da região de tal modo que: “toda vez que aparecia algum perigo externo que ameaçasse a independência de algum país, ressurgiram as tendências autonomistas e se convocavam congressos para discutir acordos de tipo confederativo como pensado por Bolívar” (Brinceño Ruiz, 2012, p. 31, tradução nossa).

Assim, a união hispano-americana emergia sempre como resposta a ocasiões nas quais se percebiam algum risco à independência dos Estados. Sob condições histórico-conjunturais distintas, esse pressuposto também pode ser visto no segundo grupo histórico da união para a autonomia política: o latino-americanismo integracionista. Contudo, conforme argumentaremos na próxima seção, a principal distinção deste segundo grupo para o primeiro reside no fato de o Brasil passar a integrar a essas iniciativas, enquanto que os EUA deixam de ser aliados para se tornarem vilões.

2. O unionismo latino-americano

No primeiro momento do eixo da autonomia política, isto é, durante o unionismo hispano-americano do século XIX os principais pensamentos advieram dos líderes políticos assim como estavam estreitamente vinculados ao processo de independência e a união das antigas colônias hispano-americanas.

O vocábulo ‘América’ ou ‘Americanos’ rotineiramente era empregado para distinguir aqueles que buscavam a independência daqueles que faziam parte do jogo imperialista espanhol. Não obstante, procurou-se contrastar tudo o que era hispânico/europeu do hispano-americana. Nesse sentido, antes mesmo das próprias nações latino-americanas tomarem corpo, uma identidade anterior se construiu frente ao opressor (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016).

A defesa contra um inimigo comum – representado, em primeiro plano, pela Espanha

e depois pelo risco de recolonização levantado pelo rearranjo de forças da Santa Aliança – foi o eixo motor desse grupo histórico, o qual teve como a sua expressão máxima Simón Bolívar e San Martín (Barrios, 2012)

A *priori*, portanto, os Estados Unidos eram aliados ao processo de construção da *Nación Americana*. Tanto a América do Norte quanto a América do Sul temiam a um inimigo em comum (o imperialismo europeu) e a estratégia usada girou em torno do lema “a união faz a força”.

Os únicos países que encontraram-se alheios à essa situação foram: o Brasil (por ainda ser um Império resistente ao republicanismo e por ter conflitos com os seus vizinhos do Cone Sul) e Cuba (por ainda ser uma colônia espanhola) (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016). Havia, deste modo, um certo consenso sobre a união baseado no respeito à soberania entre as repúblicas americanas até meados do século XIX.

Todavia, um conjunto de variáveis emergidas na segunda metade deste mesmo século transformaram os Estados Unidos de aliados à autodeterminação para invasores e, até mesmo, sabotadores do unionismo hispano-americano. Em contrapartida, em 1889, o Brasil deixou de ser império para tornar-se um país republicano (ainda que com um modelo de republicanismo diferente do hispano-americano).

Essas variáveis foram sistematizadas por Barrios (2012) como sendo um conjunto de “tensões” entre a América do Sul e a América do Norte oriundas do surgimento de uma *práxis* político-ideológica e geoeconômica nos Estados Unidos no século XIX e princípios do século XX:

1. Político-ideologicamente tornou-se hegemônica nos EUA uma autoconsciência histórica de sentir-se destinado ao controle do destino da humanidade – a qual reverberou-se, quase que de imediato, sobre todo o Hemisfério Americano. O marco desse processo foi visto na “Doutrina Monroe” (1823) assim como no “Destino Manifesto” (1845) e sintetizado no lema “América para os Americanos”. O corolário dessa visão de mundo passou a justificar o expansionismo norte-americano, fundamentado em um conjunto de intervenções imperialistas – as quais partiam desde uma ação mais direta (como foi o caso de Cuba e de Porto Rico) à uma mais branda (baseada em inversões de capitais conforme aconteceu no Havaí, em 1898).
2. Essa autoconsciência político-ideológica respaldou-se bem como foi respaldada pelo desenvolvimento capitalista norte-americano iniciado, sobretudo, após a sua guerra de

independência. Esse país irrompeu no início do século XX convertendo-se no primeiro Estado continental industrial bioceânico da história – entrando para o mesmo *status* de potências industriais como a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e o Japão.

Esse pensamento político-ideológico de destino manifesto – somando ao crescente expansionismo imperialista – gerou um histórico de intervenções dos Estados Unidos na América Latina que mudou o status norte-americano no hemisfério⁷. De acordo com Barrios (2012); Briceño-Ruiz; Puntigliano; Gragea (2012); Paikin, Perrotta, Porcelli (2016); os principais marcos históricos dessa mudança foram:

1. A guerra dos EUA contra o México, em 1846, e a consequente anexação do: Texas, Novo México, Arizona, Colorado, Nevada e Califórnia ao território norte-americano;
2. O apoio norte-americano a invasão de William Walker à Nicarágua tendo em vista a geração de um canal bioceânico no Rio San Juan (em 1856);
3. A guerra entre os EUA e a Espanha por Cuba, em 1898;
4. A estratégia econômica de ampliação dos mercados através da proposta de criação de uma união aduaneira no hemisfério (presente nas conferências pan-americanas do final do século XIX e início do século XX)⁸.

Como as iniciativas de união política sempre emergiram quando surgiam situações que ameaçavam a autodeterminação regional, essas “tensões” (sintetizadas nos marcos apresentados) contribuíram para ascensão de correntes latino-americanistas que buscavam encontrar respostas – seja: política, social, cultural ou econômica – tanto para a discrepância de poder existente entre a América do Sul e a América do Norte quando para fazer frente ao

7 Souza (2012) sistematizou as estratégias usadas durante o expansionismo norte-americano. De acordo com ele, historicamente, os EUA optaram por três estratégias imperialistas no hemisfério: (1) Comprar territórios, especialmente, nas regiões fronteiriças a América do Norte (tal como aconteceu na Flórida, Louisiana e Oregon); (2) incitar guerras, ocupar e controlar militarmente os territórios, principalmente na América Central (tal como aconteceu com os estados do Texas, Califórnia, Colorado, Arizona, Novo México, Nevada, Utah, Nicarágua, Cuba, Filipinas, Porto Rico, Guam, Havai, Samoa, Panamá, São Domingos, Haiti, Alasca e Ilhas Virgens); (3) E avançar economicamente a partir de acordos comerciais, sobretudo, na América do Sul. A evidência clara dessa terceira estratégia pôde ser vista em 1887, quando os EUA propõe uma união aduaneira com o Brasil, o que mais tarde amadurece e se expande para o restante das américas com a Primeira Conferência Pan-americana em 1889.

8 “O Panamericanismo pretendia criar uma comunidade de interesses entre os países do hemisfério ocidental, o fator econômico foi em grande medida o seu eixo-motor” (RUIZ, 2012, p. 35, tradução nossa) Via panamericanismo os EUA tinham o objetivo de fomentar uma união aduaneira com visando de propiciar o mercado continental para os seus produtos manufaturados em crescente expansão. Do ponto de vista geoeconômico, o fim da guerra civil nos EUA inaugurou uma nova fase da sua política externa, a qual via a América Latina como um mercado valioso e fonte de matérias primas. Todavia, conforme destacou Ruiz (2012), essa proposta não foi bem recebida por parte dos governantes da América Latina que temiam uma subordinação e dependência econômica aos Estados Unidos. Já nas Conferências iniciais “os delegados latino-americanos consideraram que a união aduaneira afetaria a Soberania de seus países e os colocariam sob a tutela da nação mais forte do hemisfério” (RUIZ, 2012, p. 35, tradução nossa).

imperialismo norte-americano no hemisfério.

Nesse aspecto, para Barrios (2012), os principais marcos, isto é, subgrupos do unionismo latino-americano foram: a **Filosofia do Pessimismo**; a **Geração de 900** e o **Nacional-populismo**. Essas três vertentes serão abordadas mais adiante. Contudo, é imprescindível destacar que estas perspectivas latino-americanistas – apesar de distintas entre si – diferiram do hipano-americanismo ao: conceber a ideia de América Latina incluindo o Brasil; e rechaçar o imperialismo norte-americano. Ademais, “ainda que suas reflexões abarcasse a totalidade da realidade latino-americana, o tema da unidade cultural, a identidade comum e a integração política da região foi uma preocupação central na maior parte deles” (Briceño-Ruiz, 2012, p.18, tradução nossa).

2. 1. A filosofia do pessimismo

A filosofia do pessimismo consistiu em um sistema de ideias que buscavam – sobretudo, em vertentes ambientalistas e bio-psicológicas – explicações para as raízes do “fracasso latino-americano” e do correlato sucesso norte-americano no final do século XIX e início do XX (Barrios, 2012).

Conforme apontaram Paikin; Perrotta, Porcelli (2016), para os filósofos dessa perspectiva quatro problemas fundamentais incidiram para a discrepância entre a América do Sul e a do Norte: a presença do índio, do espanhol, do mestiço e da igreja.

Nesse aspecto, diante dessas questões, dever-se-iam ter “atitudes disciplinares” - as quais partiam desde a defesa do genocídio do mestiço bem como do indígena ao fomento da imigração europeia, como solução para a miscigenação assim como para o fim do “atraso” latino-americano.

Dentre os expoentes clássicos dessa perspectiva, Barrios (2012) destacou o argentino Carlos Bunge e o mexicano Francisco Bulnes. No texto: *El porvenir de las naciones latinoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica, escrito em 1899*, Francisco Bulnes defendeu que os principais inimigos dos povos latinos não eram a Europa, tampouco, os Estados Unidos. Mas, as próprias tradições bem como o caráter desviante da educação latino-americana (Paikin; Perrotta, Porcelli, 2016).

Ainda dentro dessa perspectiva, todavia produzindo uma leitura mais econômica sobre

as causas do sucesso norte-americano e do fracasso latino-americano, Carlos Bunge mostrou-se crítico ao livre comércio hegemônico na América Latina bem como favorável ao modelo de desenvolvimento do norte-americano (baseado no protecionismo e no fomento à industrialização).

Com forte influência do alemão Friedrich List, Bunge (descendente de alemão) propôs a União Aduaneira do Sul, em 1909 – como forma de mudança da inserção internacional latino-americana e de contraposição à potência norte-americana no hemisfério. Ela deveria ser composta pela Argentina, pelo Brasil, pelo Chile, pelo Paraguai, pelo Uruguai – constituindo um dos primeiros blocos regionais do mundo (Briceño-Ruiz, 2012)⁹.

Apesar de ser considerado um expoente da filosofia do pessimismo por Barrios (2012), - Briceño-Ruiz; Puntigliano; Gragea (2012) interpretaram a proposta bungeana como sendo um marco para o giro do pensamento integracionista rumo à economia: “Já não se tratava de uma união confederal para unir as forças militares a favor de uma estratégia comum de defesa frente a poderes extrarregionais; desta vez pretendia-se unir os espaços econômicos nacionais em um maior” (Briceño-Ruiz, 2012, p. 36)¹⁰.

Outra vertente do pensamento unionista latino-americanismo – para além da filosofia do pessimismo – foi a geração de 900. Ela manteve-se dentro do espectro da ideia de América Latina. Todavia, concebeu-a de outra forma. Este marco será explorado no tópico subsequente.

2.2. A Geração de 900

A Geração de 900 constituiu em “um movimento cultural-literário que concebia a unidade latinoamericana a partir da oposição ao materialismo norteamericano” (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016, p. 58, tradução nossa).

Seus principais expoentes foram: Rodó, Manuel Ugarte, Blanco Fombona, Vasconcelos e García Calderón. Suas reflexões destacaram-se por pensar a unidade

⁹ Ainda que Raúl Prebisch seja considerado o pai do RLA, Bunge foi um dos argentinos pioneiros na defesa do mercado comum latino-americano. Conforme apontou Dosman (2011), o próprio Prebisch teve contato com a família Bunge antes mesmo de ter formulado a sua teoria regionalista na década de 1950 durante a sua estadia na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Para mais informações sobre a vida e obra de Bunge, ver: Bollo (2004a, 2004b), Asiain (2014) e Araya (2016).

¹⁰ Sua proposta teve grande impacto sendo inclusive apoiada posteriormente, em 1926, pelo ministro da fazenda do Chile (Rodolfo Jaramillo Bruce) e pelos funcionários do Banco central chileno (Heliodoro Yañes e Guillermo Subercaseaux) os quais produziram pensamentos similares ao deste argentino (BRICEÑO-RUIZ, 2012).

continental por meio de categorias espaciais geopolíticas, baseada no conceito da “Pátria Grande Latino-Americana” (Barrios, 2012, p. 70).

Nesse aspecto, para Barrios (2012), a ideia de Pátria Grande ou Pátria Superior Latinoamericana pode ser definida como sendo uma tentativa de recuperação da unidade hispano-americana idealizada pelos libertadores San Martín e Simón Bolívar. Todavia, com a inclusão do pólo português-brasileiro, após o fim do império e início do seu período republicano. Ela seria, portanto, um unionismo luso-hispânico que somou as forças da América hispânica com a da portuguesa com fito de contrapor-se ao imperialismo estadunidense.

Contudo, apesar da Geração de 900 representar uma reformulação da união bolivariana, tal como interpretou Barrios (2012), esse subgrupo histórico diferenciou-se do Unionismo Hispano-americano, assim como da Filosofia do Pessimismo em alguns pontos.

Nesse sentido, as principais diferenças foram sintetizadas por Paikin; Perrotta; Porcelli (2016, p.59, tradução nossa, grifos nosso):

Se retoma o espírito unitário de Bolivarismo, porém, se evidenciam algumas diferenças substanciais a respeito do seu pensamento, a saber: **primeiro, se observa uma revalorização forte do passado hispânico**, que, ainda que não se neguem os crimes, os minimizam frente a obra de outros conquistadores, como os ingleses. Segundo, **a religião católica é vista como um elemento unificador e de fé dos povos**, opondo-se fortemente as correntes laicistas e anticlericais. Terceiro, **o mestiço é definido como aquele cuja imagem se construirá a unidade latino-americana**, recuperando e atrelando sua figura a união do mundo indígena com o mundo hispânico. Não é o crioulo, nem é o índio, mas é o mestiço quem está chamado a dita tarefa. Quarto, a partir da ação norte-americana em Cuba, em 1898, **esta geração inteira se (auto)define como anti-imperialista**, pensando o enfrentamento em termos de raças, dando-lhe a esta dimensão um sentido cultural não-biológico. A raça anglo-saxônica contra a raça hispânica; os brancos frente aos morenos. Por último, **se rechaça ao positivismo como lógica imposta e importada pelas elites europeizantes**. Opõe-se o positivismo ao idealismo e a transição de valores.

Deste modo, a Geração da 900 distinguiu-se do unionismo hispano-americano assim como mostrou-se crítica às explicações ambientalistas, biológicas e psicológicas produzidas pela Filosofia do Pessimismo. Em contraposição aos filósofos do subgrupo anterior, introduziu-se a concepção de Pátria Superior (constituída pela América espanhola e lusitana), o rechaço ao positivismo – bem como, o mestiço passou a ser exaltado e o eurocentrismo rechaçado.

Assim, para Puntigliano (2012, p. 82), enquanto o unionismo hispano-americano

representou o “primeiro impulso nacionalista”, a Geração de 900 pode ser compreendida como sendo o “**segundo impulso nacionalista**” - sobretudo a partir das ideias de Manuel Ugarte.

Nesse aspecto, para além da sua larga trajetória como militante na América Latina, Manuel Ugarte converteu-se “em uma autor central para a politização da dita Geração e na construção de uma saída política ao pensamento integracionista e autonomista do início do século XX” (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016, p.61, tradução nossa).

Em suma, suas idéias giraram em torno: (1) da União Latinoamericana; (2) da concepção de destino comum e futuro compartilhado; (3) da construção da Pátria superior; (4) e da formulação de uma visão crítica sobre a inserção da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (Barrios, 2007).

Ugarte idealizou e militou pela união das recém repúblicas Latino-Americanas, destacando a importância da criação de um bloco de Estados (em oposição aos Estados Unidos do Norte) para a defesa e inserção latina no sistema internacional (Barrios, 2007).

Na sua concepção, a América Latina teria um destino comum assim como um futuro compartilhado. Nessa toada, ele argumentava que as semelhanças civilizatórias, culturais e lingüísticas (dominação ibérica) – associadas às sociais (população de matriz mestiça/miscigenada), a política (recém repúblicas) e as econômicas (economias agroexportadoras) conferiam aos Estados latino-americanos um passado, presente e futuro compartilhado (Barrios, 2007).

Essa semelhança, por sua vez, seria o grande elo e fator catalisador para o surgimento de uma Pátria Superior, isto é, uma identidade latino-americana. A junção desses fatores permitiria alterar a inserção periférica da América Latina na DIT, assim como possibilitaria o desenvolvimento da Educação e (*a posteriori*) da industrialização (Barrios, 2007).

Portanto, a partir da Geração de 900 acentuou-se os debates: da *industrialização* (como mecanismo para mudar a inserção internacional da América Latina), da *integração* (como meio para garantir a competitividade bem como sustentabilidade industrial) e a *democratização* (como elo para o surgimento de uma sociedade democrática e multicultural, emergida de uma nova matriz política e social) (Puntigliano, 2012).

Essas ideias ganharam força bem como foram aprofundadas na virada da década de 1920 para a de 1930, com o subgrupo latinoamericanista do nacional-populismo. Conforme será visto na próxima seção, ele representou ápice da evolução dessa controvérsia, bem como

permitiu o florescimento do R.AUTO. na América Latina na década de 1950.

2.3. O nacional-populismo

O nacional-populismo foi o pensamento mais importante emergido ideologicamente na América Latina no marco histórico da Primeira Guerra Mundial bem como da Depressão de 1930 (Ferré, 2012, p.256).

Ele surgiu no contexto regional de crise do tradicional modelo agroexportador (marcada pela diminuição da capacidade de importação dos produtos manufaturados da Europa e da exportação de produtos primários latinos).

Conforme sintetizou Puntigliano (2012, p.82-83, tradução nossa):

Esta crise causou uma profunda desorganização das correntes comerciais tradicionais, com severos resultados para os países agroexportadores. Tanto Europa Ocidental como os Estados Unidos tornaram-se mais protecionistas, deixando em evidência a vulnerabilidade dos países exportadores, que viam deteriorar-se os termos de intercâmbio para os produtos primários.

Em decorrência dessas restrições externas, os países latino-americanos iniciaram um processo compulsório de industrialização. Este, foi acompanhado (e de certa forma acarretou) por um questionamento da composição da estrutura sócio-política regional.

Junto com as indústrias, ampliou-se a urbanização bem como a burguesia industrial e o proletariado se fortaleceram. Estes, por sua vez, passaram a questionar as bases do tradicional Estado oligárquico – dominado pela classe “agro-primário-exportadora” desde os processos de independência latino-americana.

Dessa luta por representatividade e protagonismo político emergiram ideologias de caráter marcadamente: nacionalista, desenvolvimentista e populista. Nesse aspecto, conforme apontou Ferré (2012), o antecedente ideológico desse processo por ser visto em 1924, com a criação da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) por Victor Haya de la Torre.

A APRA consistiu em um conjunto de ideias políticas que buscavam superar o sistema ‘conservador-liberal-radical’ da América Latina. Ela propunha um novo modelo de desenvolvimento (contrário à tradicional estratégia agroexportadora latino-americana) a qual, do ponto de vista ideológico, tinha como núcleo estratégico de ação o bolivarianismo do século XIX e o latinoamericanismo do século XX (Barrios, 2012).

Em síntese, os principais pontos defendidos pela a APRA foram: (1) a união contra o imperialismo norte-americano; (2) a unidade política da Indoamérica; (3) a nacionalização das indústrias e das terras; (4) a internacionalização do Canal de Panamá; (5) e a solidariedade entre (e para com) todos os povos e classes oprimidas do mundo (Barrios, 2012).

Para Ferré (2012), ainda que a APRA tenha representado uma tentativa de superação das “polis oligárquicas” agroexportadoras (convertendo-as em “Estados nações” indústrias), ela só era forte no plano do discurso até a década de 1920. Essas ideias ganharam força de forma mais sistematizadas e concreta a partir da ascensão dos governos nacionais populistas a partir de 1930.

Nesse aspecto, conforme contextualizou Puntigliano (2012, p.83, tradução nossa, grifo nosso):

No norte, esse processo já estava sendo dado no México através do governo de Lázaro Cárdenas (1834-1940) e, no sul teve um giro determinante com o governo de Juan Domingo Perón (1946-1952 e 1952-1955) na Argentina. Este giro na Argentina começou a produzir uma confluência de “geopolítica nacionalista” entre o governo argentino, o segundo governo de Vargas no Brasil, o governo de Carlos Ibáñez del Campo no Chile e o de Paz Estenssoro na Bolívia. **No marco dessa consciência de uma perspectiva geopolítica no Cone Sul, ascendem ao poder setores mais proclives ao regionalismo. Este fato é histórico, já que pela primeira vez há um grupo de governos com vontade e força suficiente para promover uma visão regional.** Não é casualidade, então, que seja a partir desse momento que se abram novas portas para o que vemos como um período emblemático no processo de integração latino-americana.

Cárdenas (no México), Perón (na Argentina), Vargas (no Brasil), Ibáñez (no Chile), Paz Estenssoro (na Bolívia) além de Haya de la Torre (no Peru) e Betancourt (na Venezuela) passaram a representar a expressão máxima do nacional-populismo permitindo a confluência da geopolítica nacionalista e a ascensão do eixo da união para o desenvolvimento econômico da região.

A confluência dessa “geopolítica nacionalista” pautada no binômio (industrialização-integração) foi interpretada por Puntigliano (2012, p.83) como sendo o “terceiro impulso nacionalista” do RLA. Para Briceño Ruiz (2012), foi nesse momento em que a busca pela autonomia política mesclou-se de forma sistematizada com a concepção da integração a serviço da transformação econômica - inaugurando de forma sistemática o segundo eixo do pensamento integracionista da América Latina: a união para o desenvolvimento econômico; e a estratégia do regionalismo autônomo.

Considerações finais

Em um aspecto mais amplo, a Autonomia Política pode ser conceituada como sendo a capacidade de um Estado em definir suas políticas a partir dos seus interesses próprios e de forma independente (Paikin; Perrotta; Porcelli, 2016).

No caso da América Latina (pelo fato de a independência política não ter sido acompanhada da garantia a autodeterminação) a busca pela autonomia política sempre esteve presente na história regional desde os processos de emancipação (Briceño-Ruiz; Puntigliano; Gragea, 2012).

A herança colonial espanhola, a vontade de projeção da América Hispânica, o medo inicial da recolonização – somado ao contexto posterior de crescimento econômico de potências extrarregionais (em especial dos EUA) – fomentou a busca pela autonomia política em suas mais variadas formas e vertentes (Briceño-Ruiz; Puntigliano; Gragea, 2012).

Conforme buscamos demonstrar ao longo deste ensaio, no recorte do começo do século XIX a princípios do XX houve, portanto, dois grupos de pensamento importante da UAP: o unionismo hispano-americano e o unionismo latinoamericanista.

Em linhas gerais, o unionismo hispano-americano prevaleceu no início do século XIX – lastreado pelos libertadores: San Martín e Simón Bolívar. Enquanto que, a partir de meados do centenário XIX, ascendeu o unionismo latino-americanista (sobretudo em resposta ao imperialismo estadunidense).

Da metade do século XIX ao início do XX, o pensamento unionista latino-americano variou, por sua vez, em três subgrupos: a Filosofia do Pessimismo (presente em Bunge); a Geração de 900 (tendo com expoente Ugarte) e o nacional-populismo (representado pela APRA). Assim, podemos asseverar que “a ideia de unidade não desapareceu no decorrer do século XIX e se manteve, sobre novas lógicas e modalidades no século XX” (Briceño-Ruiz; Simonoff, 2014, p. 10 Tradução nossa).

A posteriori, na segunda metade do século XX, as discussões sobre a UAP passaram a serem endossadas pelo o debate da UDE, fundando a estratégia do R.AUTO. Contudo – em

contraposição às perspectivas economicistas, a-históricas, binárias, “uma análise de larga duração na lógica braudeliana, nos permite argumentar que a ideia de que a autonomia já estava presente nas propostas de integração política que se desenvolveram no século XIX” (Briceño-Ruiz; Simonoff, 2014, p.18, tradução nossa).

Do ponto de vista teórico, essa estratégia foi formulada pela Cepal. No marco institucional, ela culminou na criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (em 1960) bem como na Associação Latino-Americana de Integração (em 1980).

A partir da segunda parte do século XX, apesar do marco da crise do R.AUTO. bem como da ascensão do regionalismo aberto, às discussões sobre a UAP continuaram. Teoricamente, elas foram aprofundadas pelas as contribuições de Puig (1971; 1980; 1986a; 1986b) e de Jaguaribe (1968; 1969; 1979; 1987). Conforme apontou Briceño-Ruiz; Simonoff (2014, p.18, tradução nossa), a colaboração desses autores passou a “constituir uma ideia central do aporte latino-americano nos debates de Relações Internacionais” mesmo diante do contexto em que elas foram concebidas.

No século XXI, por sua vez, em meio ao surgimento de novos condicionantes internos, regionais e sistêmicos, essa agenda continuou – sobretudo, a partir de: Colacrai (2006; 2009), Tickner (2014), Vigevani (2007; 2014), Simonoff (2014), Briceño-Ruiz (2014), Briceño-Ruiz; Simonoff (2017).

Nesse aspecto, portanto, podemos deduzir que a autonomia política é um acumulado histórico por sempre estar presente, em maior ou menor grau, no discurso dos líderes emancipatórios e intelectuais da região. “Ainda que a teoria autonômica se construa na década de 1960 e 1970, existiu previamente um amplo antecedente à obra de Puig e Jaguaribe” (Briceño-Ruiz; Simonoff, 2014, p.18, tradução nossa). Tal precedente “se remonta aos precursores da independência e aos libertadores, se estende ao longo do século XIX e continua sua evolução do século XX aos nossos dias” (Briceño-Ruiz; Simonoff, 2014, p.17, tradução nossa)

Todas as vezes em que o direito à autodeterminação é ameaçado esse conceito é invocado a partir de ideias, teorias, bem como de projetos de união. “No século XIX, isto se manifestou em um pensamento próprio que articulava a unidade regional a defesa frente a ameaças externa [...]. No século XX, Juan Carlos Puig e Hélio Jaguaribe realizaram esforços

para dar uma maior formalização teórica a ideias de autonomia (Briceño-Ruiz; Simonoff, 2014, p.37).

Assim, tal como apontou Barrios (2012), a UAP consistiu e consiste na busca permanente de uma fusão entre a ação política (baseada na premissa da autonomia) e a originalidade do *ethos* do sujeito latino-americano.

Referências:

Araya, D. G. (2016). El sistema nacional de economía política (1840) para una nueva Argentina (1940). *Cuestiones de sociología*.

Asian, A. (2014). Alejandro Bunge (1880-1943: Un conservador defensor de la independencia económica y la soberanía nacional. *Ciclos en la historia, la economía y la sociedad*, v. 22, n. 43, p. 00-00.

Barrios, M. Á. (2012) Del unionismo hispanoamericano al integracionismo político Latinoamericano. In: Ruiz, J. B.; Puntigliano, A. R.; Gragea, Á. M. C. (Ed.). *INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía*. Madrid: Fondo de Cultura Económico, p. 59-78.

Barrios, M. Á. (2007). *El latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte*. Editorial Biblos.

Bollo, H. G. (2004b). Alejandro Ernesto Bunge: ideas, proyectos y programas para la Argentina post-liberal (1913-1943). *Cultura económica*, n. 61, p. 61-74.

Bollo, H. G. (2004a) La formación intelectual del ingeniero Alejandro Ernesto Bunge (1880-1913). *Cultura económica*, n. 59, p. 33-44.

Briceño Ruiz, J. (2012) Autonomía y desarrollo en el pensamiento integracionista Latinoamericano. In: RUIZ, José Briceño; PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; GRAGEA, Ángel M. Casas (Ed.). *INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía*. Madrid: Fondo de Cultura Económico, p. 27-58.

Briceño Ruiz, J. (2015). Jose Briceno Ruiz . Autonomía: genealogía y desarrollo de un concepto: su relación con el regionalismo en América Latina. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, v. 9, p. 9-41.

Briceño Ruiz, J.; Simonoff, A. (2017). La Escuela de la Autonomía, América Latina y la teoría de las relaciones internacionales. *Estudios internacionales* (Santiago), v. 49, n. 186, p. 39-89.

Briceño Ruiz, J.; Simonoff, A. (2014). *Integración y cooperación regional en América Latina*. Una relectura a partir de la teoría de la autonomía. 1. ed. Buenos Aires: Biblos. v. 500. 274p.

Briceño Ruiz, J. (2013). O Regionalismo Latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias, modelos diversos. In: Corival Alves do Carmo Érica C. A. Winand Israel Roberto Barnabé Lucas Miranda Pinheiro. (Org.). *Relações Internacionais Olhares cruzados*. 1ed. Brasília: FUNAG, v. 500, p. 193-238.

Briceño Ruiz, J.; Puntigliano, A. R.; Gragea, Á. M. C. (2012) Introducción. In: RUIZ, José Briceño; PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola; GRAGEA, Ángel M. Casas (Ed.). *INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía*. Madrid: Fondo de Cultura Económico, p. 17-26.

CEPAL, N. U. (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*.

Cervo, A. L. (2008). *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. Editora Saraiva.

Colacrai, M. “Los aportes de la Teoría de la Autonomía, genuina contribución sudamericana. La autonomía s hoy una categoría en desuso o se enfrenta al desafío de una renovación en un contexto interdependiente y más complejo? Gladys Lechini; Victor Klagsbrunn y Williams Gonçalves (orgs). *Argentina e Brasil. Vecendo os preconceitos* As várias arestas de uma concepção estratégica.

Colacrai, M. (2006). Pensar la política exterior desde una lectura renovada de la autonomía. *La política exterior del gobierno de Kirchner*, v. 1, p. 13- 30.

Couto, L. F. (2013). *Desenvolvimento, integração e assimetrias*.

Dosman, E. (2011). *J. Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Contraponto.

Ferré, A. M. Epílogo: América del Sur: *De los Estados-ciudad al Estado continental*. In: RUIZ, Jos Briceño; PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola;

Ferrer, A. (2012). Prólogo. In: Ruiz, J. B.; Puntagliano, A. R.; Gragea, Á. M. C. (Ed.). *INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía*. Madrid: Fondo de Cultura Económico, p. 13-16.

Gudynas, E.; Buonomo, M. (2007). *Integración y comercio: diccionario latinoamericano de términos y conceptos*. Coscoroba Ediciones.

Jaguaribe, H. (1969). “*Dependencia y autonomía en América Latina*”. En H. Jaguaribe, et al., *La dependencia político-económica de América Latina* (pp. 1-8). México: Siglo XXI.

Jaguaribe, H. (1987). «A integração Argentina-Brasil», *Revista Brasileira de Política*

Internacional, ano XX, no. 117-118, pp. 39-59.

Jaguaribe, H. (1979). Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios internacionales*, p. 91-130.

Jaguaribe, H. (1968). *Desarrollo económico y desarrollo político*. Buenos Aires, Eudeba.

Lessa, A.C. (2003). *A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. IBRI.

Menezes, A. M.; Penna Filho, P. (2006). *Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais*.

Paikin, D.; Perrota, D.; Porcelli, E. (2016). Pensamiento latino-americano para la integración. *Crítica y Emancipación*, (15): 49 – 80.

Perrotta, D. (2013). La integración regional como objeto de estudio. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales. *Relaciones Internacionales. Teorías y debates*, p. 197-252.

Puig, J. C. (1980). *Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana*. Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, Fundación Bicentenario de Simón Bolívar.

Puig, J. C. (1986). *Integración Latinoamericana y régimen internacional*, Caracas, Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina.

Puig, J. C. (1971). La vocación autonomista en América Latina: heterodoxia y secesionismo. *Revista de Derecho Internacional y Ciencias Diplomáticas*, v. 39, n. 40, p. 60-66.

Puig, J. C. (1986). Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX. *Integración Latinoamericana*, v. 11, n. 109, p. 40-62, 1986.

Puntigliano, A. R. (2012) Tres vertientes del pensamiento regionalista en Latinoamérica. In: Ruiz, J.B.; Puntigliano, A.; Gragea, Á. M. Casas (Ed.). *INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA: Política y economía*. Madrid: Fondo de Cultura Económico, p. 79-105.

Puntigliano, A. R.; Briceño Ruiz, José. (Ed.). (2013). *Resilience of regionalism in Latin America and the Caribbean: Development and autonomy*. Springer.

Ricupero, R. (2009). A maior mudança da política externa. *Política Externa*, v. 21, n. 3, p. 6, 2013. Rio de Janeiro, Reven.

Simonoff, A. (2014). La autonomía puigiana. A. Simonoff, (compilador), *Los pensadores del Cono Sur. Los aportes de Jaguaribe*, p. 53-61.

Souza, N. A. de. (2012). América Latina: as ondas da integração. *Oikos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1.

Tickner, A. B. (2014). Autonomy and Latin American international relations thinking. In: *Routledge Handbook of Latin America in the World*. Routledge, p. 86-96.

Vigevani, T.; Cepaluni, G. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional*, v. 29, n. 2, p. 273-335.

Vigevani, T.; Júnior, H. R. (2014). Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. *Dados*, p. 517-552.